

<b>Assunto:</b> TJPE mantém absolvição dos irmãos	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> a6	<b>Data:</b> 11/03/2015

**DIARIO**de**PERNAMBUCO**

# TJPE mantém absolvição dos irmãos kombeiros

FOTOS: RICARDO FERNANDES/DP/D.A PRESS



**Decisão dos desembargadores da 1ª Câmara Criminal do tribunal foi unânime**

**Ministério Público  
anunciou que vai  
recorrer ao STJ  
para tentar anular o  
julgamento que  
inocentou Marcelo  
e Valfrido Lira no  
Caso Serrambi**

**A** 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu ontem, por unanimidade, manter o resultado do júri popular que absolveu, em 2010, os irmãos kombeiros Marcelo José de Lira e Valfrido Lira da acusação de matar as adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, em maio de 2003.

Diante do resultado, o advogado Bruno Lacerda, que atuou como assistente de acusação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), adiantou que entrará com recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para recorrer da decisão dos desembargadores Roberto Ferreira Lins, Fausto Campos e Antônio Carlos Alves.

O pedido de anulação foi feito pelos promotores Ricardo Lapenda e Salomão Abdo Aziz, que acompanharam o caso na época, e pelos pais de Tarsila, José Vieira de Melo e Alza Gusmão. Informado pelo Diário sobre o resultado, José preferiu não comentar.

Para justificar a realização de um novo julgamento, a acusação apontou três pontos. "Um advogado que atuou na defesa dos kombeiros, no início do processo, era advogado de acusação contratado pela família de Maria Eduarda. Outro ponto foi a manifestação de uma jurada após o resul-

tado do julgamento e ainda uma testemunha que não foi ouvida no processo, que teria informações sobre o caso”, pontuou Bruno Lacerda. Os argumentos apresentados foram considerados insuficientes pelos desembargadores.

Em março de 2014, o procurador de Justiça Criminal do MPPE, Gilson Roberto de Melo Barbosa, já havia emitido parecer negativo ao pedido. O procurador alegou fragilidade nas provas apresentadas contra os acusados.

Valfrido Lira disse que já es-

perava pelo resultado e voltou a falar que ele e o irmão são inocentes. “Continuamos tranquilos e sabíamos que o resultado seria esse. Não podemos pagar por uma coisa que não fizemos. Falei com meu irmão por telefone e dei a notícia para ele”, contou Valfrido. Marcelo foi procurado pela reportagem, mas não foi localizado.

O advogado Bruno Santos, que atua na defesa dos irmãos kombeiros, também acompanhou a votação. Para ele, o indeferimento da anu-

lação do julgamento dos seus clientes foi a prova de que eles são inocentes. “Podem acontecer quantos julgamentos forem, mas os kombeiros não serão condenados, porque não são culpados pelas mortes das duas jovens”, destacou Santos.

A novela em torno do Caso Serrambi se arrastou por sete anos devido às divergências que existiram entre o então promotor de Ipojuca, Miguel Sales, falecido em outubro do ano passado, e a Polícia Civil.

ARQUIVO PESSOAL



**Maria Eduarda e Tarsila foram assassinadas em 2003**

assista



**TV Clube/Record** relembra o crime que chocou todo o Brasil



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular

<b>Assunto:</b> Caruaru e Petrolina ganham varas da mulher	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> local	<b>Seção:</b> João Alberto
<b>Página:</b> a6	<b>Data:</b> 11/03/2015

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

COMBATE À VIOLÊNCIA

## Caruaru e Petrolina ganham varas da mulher

Caruaru e Petrolina ganharão unidades especializadas para julgar os casos de violência contra mulher. As duas varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, até agora existentes em apenas seis cidades da Região Metropolitana do Recife, terão 16 servidores, que ainda serão nomeados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A primeira a ser implantada será em Caruaru, no Agreste, até o início de abril.

Ontem, o governador Paulo Câmara sancionou a lei que altera o Código de Organização Judiciário de Pernambuco e possibilita a criação das varas. O evento contou com a participação da ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia e da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.



Paulo Câmara assinou decreto instituindo novas varas

De acordo com TJPE, os registros de crimes contra as mulheres têm aumentado. Em Caruaru, o crescimento ultrapassou os 200%. Em 2014, de janeiro a agosto, a Delegacia da Mulher de Caruaru e de Petrolina (Sertão) registraram 1.172 e 617 ocorrências, respectivamente.

Segundo o presidente do

Tribunal de Justiça, Frederico Neves, as novas unidades farão a prestação de serviço ao cidadão ser mais efetiva. "Nossa preocupação é com a segurança da mulher. A mulher não pode sofrer violência física no próprio lar". Ao todo, 63 mil processos envolvem violência contra a mulher no estado.

assista



TV Clube/Record traz matéria sobre criação das varas especializadas



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, cerca de duas mil audiências e 16 júris estão previstos para serem realizados até a próxima sexta-feira (13) na Semana Nacional de Justiça pela Paz em Casa, que também conta com uma Vara de Violência Doméstica Intinerante, em Jaboatão Centro.

<b>Assunto: TJ mantém decisão sobre kombeiros</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Capa Dois</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>

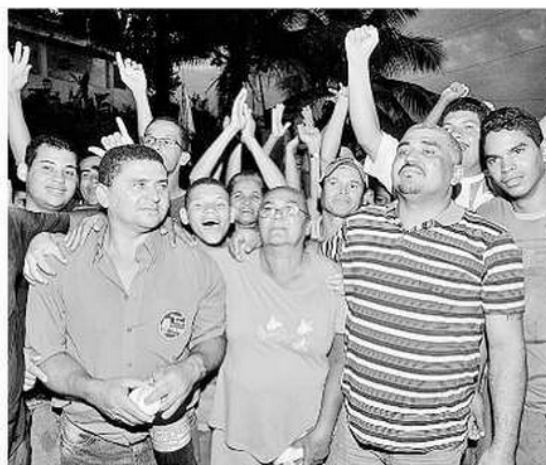
**jornal do  commercio**

# TJ mantém decisão sobre os kombeiros

**TARSILA E EDUARDA** Irmãos Marcelo e Valfrido foram inocentados da morte das adolescentes em 2010 por júri popular. Ontem, desembargadores rejeitaram apelação

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) rejeitou, na tarde de ontem, o pedido de anulação do julgamento dos irmãos Marcelo e Valfrido Lira, acusados de serem os assassinos das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, em maio de 2003. A apelação foi feita pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e pelos advogados da família de Tarsila. Por unanimidade, os desembargadores Roberto Ferreira Lins, Fausto Campos e Antônio Alves decidiram manter o resultado do júri realizado em Ipojuca, no Grande Recife, em 2010. À época, por 4 votos a 3, os jurados decidiram pela absolvição dos acusados. Esgotada a Segunda Instância na Justiça, o caso deve ser levado agora para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com os magistrados, não há como refutar totalmente as provas periciais e materiais que determinaram a absolvição dos réus. A defe-



**INOCENTADOS** Irmãos comemoraram decisão em 2010

sa da família de Tarsila avisou que pretende levar o caso à instância superior. “Vamos apenas esperar pela publicação do acórdão do Tribunal de Justiça e proceder com o pedido de anulação”, diz o advogado Bruno Lacerda.

Segundo ele, a família de Tarsila usou dois argumentos para solicitar a anulação do

juízo. O primeiro foi a participação, na defesa dos acusados, de um advogado que começou o caso trabalhando na acusação, defendendo a família de Maria Eduarda Dourado. “O segundo foi o comprometimento de uma determinada jurada, que, inclusive, teria dito a um dos acusados, após o julgamento, que sa-

bia que eles seriam inocentados. Como o resultado foi apertado (4x3), o caso é de extrema relevância”, frisa Lacerda. Ainda não há prazo para que o Tribunal de Justiça publique a decisão da 1ª Câmara Criminal.

## O CASO

Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão desapareceram da Praia de Serrambi, no Litoral Sul do Estado, no dia 3 de maio de 2003. Dez dias depois, seus corpos foram encontrados pelo pai de Tarsila, o comerciante José Vieira, em um canal no distrito de Camela, em Ipojuca, no Grande Recife. As investigações da Polícia Civil apontaram os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira como os culpados. Depois de anos de embate entre a Polícia Civil e o Ministério Público, e de duas investigações realizadas pela Polícia Federal, os irmãos foram levados a júri popular, na Comarca de Ipojuca. Terminaram inocentados.

<b>Assunto:</b> Menção a 1ª Vara de Execuções Penais	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Capa Dois	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 11/03/2015

**jornal do  commercio**

# Clóvis Corrêa: juiz é suspeito

**Jumariana Oliveira**

joliveira@jc.com.br

**F**amiliares do ex-deputado federal Pedro Corrêa, condenado no Mensalão, não estão satisfeitos com a condução do processo por parte do juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Luiz Rocha. Primo do ex-deputado, o desembargador aposentado Clóvis Corrêa alega que o juiz deveria deixar o caso porque o magistrado demonstra interesse no processo.

Os advogados de Corrêa já pediram a suspeição do juiz na Corregedoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco. No último domingo, o Fantástico divulgou uma matéria que mostra possíveis regalias de Pedro Corrêa no presídio de Canhotinho, onde cumpre pena há um ano.

Clóvis Corrêa disse que o processo chegou a ser repassado para o juiz Élson Zopellaro Machado quando a 1ª VEP recebeu reforços de novos juizes em janeiro. No entanto, segundo Corrêa, Luiz Rocha não quis repassar o processo. O caso está tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF). O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou favoravelmente à permanência de



Ivan Alecrim/Especial para o JC/19-3-2007

**CLÓVIS CORRÊA:** Juiz não pode ser interessado no caso

---

Fantástico, da Globo, mostrou regalias de Pedro Corrêa

---

Luiz Rocha no caso.

“Um juiz não pode ter interesse no caso. Esse caso já estava com outro juiz e mesmo assim ele não aceita. Esse é um papel ridículo. O juiz não

pode querer se promover”, disse Clóvis. Ele ainda afirmou que o juiz teria problemas pessoais com o advogado de Pedro, Plínio Nunes.

Luiz Rocha, por sua vez, destacou as posições do STF e da Procuradoria Geral da República. No início do mês, o ministro Roberto Barroso suspendeu a transferência do processo para outra vara. Já a procuradoria opinou pelo indeferimento dos pedidos de Corrêa, alegando que não há provas que indiquem a suspeição do juiz.

<b>Assunto: Julgamento do pedido de anulação do julgamento do caso Serrambi</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Últimas Notícias	<b>Seção:</b> Breve
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 11/03/2015



## > Breves

■ **NEGADO** - A 1ª Câmara do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) negou ontem o pedido de anulação do julgamento referente às mortes das estudantes Maria Eduarda Dourado e Tassila Gusmão, ocorridas em Serrambi, em 2003. A solicitação de cancelamento do júri popular, ocorrido em 2010 e que absolveu os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira, foi feita pelo Ministério Público e pela assistência de acusação, capitaneada pelo advogado Bruno Lacerda. Após cerca de duas horas, os desembargadores Roberto Ferreira Lins, Fausto Campos e Antônio Carlos Alves da Silva foram unânimes ao votarem contra o pedido e a decisão inicial foi mantida.

<b>Assunto:</b> Mais duas varas da mulher em Pernambuco	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 11/03/2015



Ministras acompanharam sanção da lei ontem no TJPE

# Mais duas varas da mulher em Pernambuco

■ **NOVOS** espaços deverão ser abertos em Caruaru, no Agreste, já no próximo mês, e em Petrolina, no Sertão

**DIEGO MENDES**

As ministras Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), e Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, estiveram ontem em Pernambuco para acompanhar a sanção da lei que possibilita a abertura de mais



**GOVERNADOR** sancionou lei ao lado de Cármen Lúcia (E) e Eleonora Menicucci (C)

Felipe Ribeiro



duas varas da mulher no Estado. Os novos espaços vão ser abertos em Caruaru, no Agreste, já no próximo mês, e em Petrolina, no Sertão. Com eles, Pernambuco vai dispor de nove unidades judiciais específicas para tratar de violência doméstica.

A ministra Cármen Lúcia salientou que a luta pelos direitos é permanente. “É importante conscientizar a sociedade que todas as formas de violência são condenáveis. Mas a violência contra mulher é silenciosa e por isso chega a ser invisível. Nós, mulheres, não queremos ter direitos sozinhas. Nós queremos ter os mesmos direitos que os nossos companheiros”, argumentou. Já Eleonora Menicucci, ressaltou a importância da parceria entre os poderes públicos. “Nós só temos uma bandeira: a que defende os direitos das mulheres. É por isso que estamos aqui juntos; Executivo, Judiciário e Legislativo”, disse.

O evento que faz parte da Semana Nacional da Justiça pela

## Folha resume

**A lei que cria varas de violência doméstica e familiar contra a mulher em Caruaru e Petrolina foi sancionada ontem pelo governador Paulo Câmara. O evento faz parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. A expectativa é de que, com as medidas, os casos de agressão reduzam.**



**Nós, mulheres, não queremos ter direitos sozinhas. Nós queremos ter os mesmos direitos que os nossos companheiros”**

Cármen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal

Paz em Casa, realizada em todo o Brasil, teve como anfitriões o governador Paulo Câmara e o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves. Em Pernambu-

co, pretende-se julgar dois mil casos de violência contra a mulher. A expectativa é de que os casos de agressões reduzam. “Espero que venham para combater ainda mais a violência contra a mulher. É

## Saiba mais

**VARAS DA MULHER** - Em Pernambuco existem, até o momento, sete Varas da Mulher. Duas estão no Recife. As outras cinco são em Camaragibe, Igarassu, Olinda, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

uma iniciativa importante do Poder Judiciário que estamos apoiando. E esperamos que, junto com outras políticas, como o Pacto pela Vida, possamos, em conjunto, continuar trabalhando para a diminuição da discriminação e de qualquer tipo de desigualdade de gênero”, disse Paulo Câmara. Para o presidente do TJPE, o incremento vai melhorar o atendimento. “Estamos buscando uma melhor prestação de serviço para elas. Nossa preocupação é com a segurança de todas”, disse.

<b>Assunto: Evento no Palácio da Justiça com o governador de PE</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



aliados

### Paulo Câmara defende Eduardo Campos e FBC de acusação no Petrolão



Foto: Wagner Ramos/SEI

Por Franco Benites

Do Jornal do Commercio desta quarta-feira (11)

Citados por Paulo Roberto Costa, delator da Operação Lava Jato, o exgovernador Eduardo Campos e o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) receberam a defesa do governador Paulo Câmara (PSB). Em um evento no Palácio do Campo das Princesas, ontem, o socialista disse que existe um processo de vazamento seletivo de nomes e ressaltou que o partido vai honrar a história do padrinho político. “Esses fatos estão sendo falados há um certo tempo e nada foi provado. A gente continua na mesma convicção que Eduardo sempre conduziu todo o processo de maneira muito lícita”, falou.

Na última segunda-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou um depoimento de Paulo Roberto Costa com uma acusação de que Fernando Bezerra pediu uma doação de R\$ 20 milhões para a campanha de reeleição de Eduardo ao governo do Estado em 2010. “Estamos conscientes da nossa responsabilidade e o PSB vai defender Eduardo de qualquer acusação. Esse tipo de vazamento não contribui para o debate. Houve instauração dos procedimentos e nada consta em relação ao exgovernador”, declarou.

*Leia mais no JC desta quarta.*

<b>Assunto: Evento com o governador de PE e presidente do TJPE</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de jamildo	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## BLOG DA FOLHA

GOVERNO PAULO CÂMARA

### Câmara critica vazamento na Operação Lava Jato



*(Foto: Roberto Pereira/SEI)*

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), criticou o vazamento de informações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção na Petrobras. Para ele, que saiu em defesa do ex-governador Eduardo Campos (PSB) que, assim como o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB), teve o nome citado pelo ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa durante depoimento em delação premiada, esse tipo de atitude não contribui para o debate. O governador

participou da instalação da Comissão Organizadora do Bicentenário da Revolução de 1817, no Palácio do Campo das Princesas.

“Esse tipo de vazamento não contribui para o debate. É um vazamento que ocorre há certo tempo. Houve instauração dos procedimentos e nada consta em relação ao ex-governador, então a gente entende que isso não faz bem para a democracia. É importante que haja as investigações nos devidos encaminhamentos, mas dentro dos ritos judiciais necessários”, afirmou Câmara.

O socialista também reafirmou a posição do partido e disse que a legenda defenderá qualquer tipo de manifestação contra o governo Eduardo Campos.

“Esses fatos estão sendo falados há um certo tempo e nada foi provado. A gente continua na mesma convicção. Todo o processo o governo Eduardo sempre conduziu isso de maneira muito lícita. Sempre defendeu investigações desse caso, conscientes da nossa responsabilidade e sabedores de que não temos nada com isso. O PSB já se manifestou e defenderá qualquer tipo de manifestação contra o governo Eduardo”, garantiu.

Durante a solenidade, Paulo Câmara destacou que o bicentenário é uma data que precisa ser lembrada tanto para as gerações do presente como as do futuro. Ele explicou que essa comissão foi constituída para isso.

“Organizar o ano de 2017 em comemoração do bi. Data importante para o despertar o senso de liberdade que o Brasil alcançou anos depois. Precisamos sempre lembrar essas ideias revolucionárias”, declarou. Segundo Câmara, do colegiado instalado hoje, sairá o planejamento. “Queremos em 2017 fazer uma série de ações que marcam essa data. Vai ter atos”, continuou.

*Com informações de Carol Brito, da **Folha de Pernambuco**.*

<b>Assunto: Caruaru e Petrolina ganharão varas especializadas para julgar casos de violência contra mulher</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Caruaru e Petrolina ganharão varas especializadas para julgar casos de violência contra mulher**



Crédito: Ricardo Fernandes/DP/D.A Press

Caruaru, no Agreste de Pernambuco, será a primeira cidade do interior do estado a ter uma Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, existente em apenas seis cidades da Região Metropolitana do Recife. A nova unidade deverá começar a funcionar no início de abril com 16 servidores, que serão nomeados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O município tem cerca de 2 mil processos de crimes contra o gênero em tramitação.

A próxima cidade a receber uma vara será Petrolina, no Sertão pernambucano, cuja comarca tem 1,4 mil processos de violência doméstica. Com a implantação das unidades, os casos deixarão de ser julgados nas varas criminais e passarão para as especializadas. A criação delas foi possível após a assinatura, nesta terça-feira (10), na sede do TJPE, da lei que altera o Código de Organização Judiciário de Pernambuco. O documento foi sancionado pelo governador Paulo Câmara. O evento contou com a participação da ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.



Governador Paulo Câmara sancionou lei que altera o Código de Organização Judiciário de Pernambuco

De acordo com o presidente do TJPE, Frederico Neves, as unidades farão a prestação de serviço ao cidadão ser mais efetiva. “É chegada hora de procurar a eficiência do serviço público. Temos duas varas em Recife, uma em Olinda, em Igarassu, em Camaragibe, em Jaboatão e no Cabo de Santo Agostinho. Nossa preocupação é com a segurança da mulher. É

incogitável que a mulher sofra violência física e doméstica no próprio lar”, afirmou Neves. Ao todo, são 63 mil processos que envolvem violência contra mulher no estado.

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, cerca de 2 mil audiências e 16 júris estão previstos para serem realizados até a próxima sexta-feira (13), lembrou Neves. As atividades da Semana Nacional de Justiça pela Paz em Casa começaram na última segunda-feira (09) e se somam ao trabalho da Vara de Violência Doméstica Intinerante, na Praça Nossa Senhora do Rosário, em Jaboatão Centro. O equipamento tem nove juízes e uma equipe de delegados, defensores, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de justiça.

Em discurso nesta terça, no TJPE, a ministra Cármen Lúcia destacou que a violência contra mulher é silenciosa e invisível e, por isso, merece atenção do poder público e da sociedade. “Também temos que fazer a sociedade tomar consciência da violência contra a mulher. Ela tem que saber que tem direitos e quem agride tem que saber que não deve praticar esses atos”, afirmou Cármen Lúcia. Já a secretária de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, destacou que o enfrentamento às agressões contra o público feminino devem estar aliadas aos programas sociais e de assistência. “A luta das mulheres não tem cor, não tem partido. Tem apenas uma bandeira: a mulher que nasce é em nome dos direitos por igualdade e sem violência”, acrescentou Menicucci.

<b>Assunto: TJPE pretende realizar mais de duas mil audiências sobre violência contra mulher até sexta</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **TJPE pretende realizar mais de duas mil audiências sobre violência contra mulher até sexta**

A Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, movimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco para combater a violência contra a mulher, segue até a próxima sexta-feira (13). A meta é realizar mais de duas mil audiências envolvendo crimes contra mulheres. A ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, e a ministra da secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, acompanham o presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves, durante o andamento dos trabalhos.

Durante a semana, o Judiciário também conta com uma Vara de Violência Doméstica itinerante ao lado de uma delegacia móvel da SDS. juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de justiça darão apoio e orientação a mulheres sobre a Lei Maria da Penha. A Vara itinerante, com guichês e salas de audiência, terá nove juízes de plantão, atuando em Jaboatão dos Guararapes - escolhida devido aos altos índices de violência contra a mulher - na Casa da Cultura (Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 670, no Centro), das 8h às 18h.



<b>Assunto: Caso Serrambi – Júri não será anulado</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

■ **Local**



Caso Serrambi: julgamento  
não será anulado

<b>Assunto: Julgamento do Caso Serrambi não será anulado</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Julgamento do Caso Serrambi não será anulado**

*Decisão foi tomada nesta tarde pela 1ª Câmara Criminal do TJPE*



A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu não anular o julgamento do Caso Serrambi, como ficou conhecida a investigação das mortes das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão. A votação aconteceu na tarde desta terça-feira (10). O pedido pela anulação foi feito pelo Ministério Público de Pernambuco alegando fragilidade nas provas e proximidade entre acusados e júri popular.

O MPPE solicitou que os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira, absolvidos em setembro de 2010, fossem à júri popular novamente. No entanto, os desembargadores Fausto Campos (revisor do caso), Roberto Ferreira Lins (relator) e Antônio Carlos Alves foram unânimes ao negar o pedido de anulação.

Após cinco dias de julgamento, os Lira deixaram o Centro de Triagem em Abreu e Lima, onde estavam presos, depois que os jurados decidiram por quatro votos contra três que eles eram inocentes em relação aos assassinatos, em setembro de 2010. Os pais das vítimas e os promotores que acompanharam o caso na época, Ricardo Lapenda e Salomão Abdo Aziz, não aceitaram o resultado e recorreram da decisão. Em março de

2014, o procurador de Justiça Criminal do MPPE Gilson Roberto de Melo Barbosa emitiu parecer negativo ao pedido.

**Relembre o caso** - Tarsila Gusmão e Maria Eduarda foram encontradas mortas em um canavial no distrito de Camela, em Ipojuca, no dia 13 de maio de 2003. Elas desapareceram no dia 3 de maio após um passeio de lancha na praia de Serrambi.

<b>Assunto: Começa votação sobre pedido de anulação de julgamento do Caso Serrambi</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Começa votação sobre pedido de anulação de julgamento do Caso Serrambi**

*Pedido foi feito pelo Ministério Público de Pernambuco. Júri popular, em 2010, absolveu os kombeiros acusados pela polícia*



Três desembargadores do TJPE vão decidir pela anulação ou não do julgamento

Começou por volta das 15h desta terça-feira (10) a votação da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) sobre o pedido de anulação do julgamento do Caso Serrambi, como ficou conhecida a investigação das mortes das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão. O pedido foi feito pelo Ministério Público de Pernambuco para que os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira, absolvidos em setembro de 2010, sejam julgados novamente.

A decisão ficará a cargo dos desembargadores Fausto Campos (revisor do caso), Roberto Ferreira Lins (relator) e Antônio Carlos Alves. Em março de 2014, o procurador de Justiça Criminal do Ministério Público de Pernambuco Gilson Roberto de Melo Barbosa emitiu parecer negativo ao pedido. O procurador alegou fragilidade nas provas apresentadas contra os acusados. O comerciante José Vieira de Melo, pai de Tarsila Gusmão, tem esperanças que o julgamento realizado em Ipojuca seja anulado.

“Para mim, o maior absurdo foi a realização desse júri popular em Ipojuca. Dos sete jurados, cinco eram conhecidos ou vizinhos dos réus. Espero que a Justiça um dia seja feita. As meninas entraram naquela Kombi. Eu tenho esperanças que aconteça um novo julgamento e desta vez no Recife”, destacou Vieira.

Após cinco dias de julgamento, os Lira deixaram o Centro de Triagem em Abreu e Lima, onde estavam presos, depois que os jurados decidiram por quatro votos contra três que eles eram inocentes em relação aos assassinatos.

<b>Assunto: Caso de professora e filho assassinados tem primeira audiência na justiça</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Caso de professora e filho assassinados tem primeira audiência na justiça**

*Sandra Lúcia e Icauã, de apenas 10 anos, foram mortos a facadas em 16 de fevereiro de 2014*

Pouco mais de um ano após os assassinatos da professora Sandra Lúcia Fernandes, de 48 anos, e do filho dela, Icauã Rodrigues, de apenas 10 anos, acontece, nesta quarta-feira (11), às 14h, no Fórum de Olinda, a primeira audiência de instrução e julgamento dos crimes. O acusado, Marcos Aurélio Barbosa da Silva, 24, era namorado da professora e confessou o duplo homicídio. Ele foi preso em flagrante seis horas após as mortes na casa de seus pais, em Maranguape II, Paulista.

Para a polícia, o acusado disse ter cometido o crime por ciúmes. Também complementou dizendo que a criança só morreu porque se abraçou a mãe na hora do homicídio. Os dois foram mortos a facadas. Em memória à professora, que era diretora de assuntos jurídicos do Sindicato dos Professores da Rede Municipal do Recife (Simpere) e militante do PSTU, o sindicato convocou os movimentos sociais e estudantes a participarem da audiência.

### **Relembre o caso**

Depois de uma discussão com a namorada, Marcos Aurélio teria esfaqueado a professora dentro do apartamento dela, em Jardim Atlântico, Olinda. Os gritos de pedidos de socorro foram ouvidos pelos vizinhos. Icauã pedia para Marcos não matar a mãe e acabou também sendo morto. Cada uma das vítimas recebeu oito facadas.

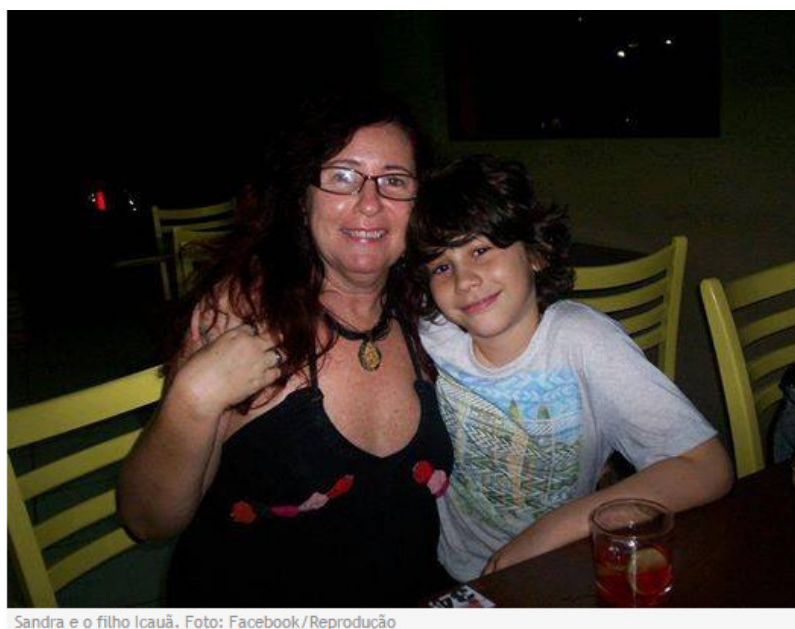
Segundo os vizinhos, a briga no apartamento começou no fim da noite do domingo, 16 de fevereiro de 2014, quando o casal teria chegado de uma prévia de carnaval. “Estava faltando energia no bairro quando escutamos os gritos da confusão. Várias pessoas ouviram os pedidos de socorro e o menino implorando para o rapaz não matar a mãe dele. Pouco tempo depois o homem desceu sujo de sangue e disse que o menino teria quebrado o pé e foi embora. No entanto, mãe e filhos já estavam mortos”, detalhou uma testemunha que preferiu não se identificar.

<b>Assunto: Audiência sobre assassinatos de professora e filho em Olinda será nesta quarta</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Audiência sobre assassinatos de professora e filho em Olinda será nesta quarta**

*Sandra Lúcia e Icauã, de apenas 10 anos, foram mortos a facadas em 16 de fevereiro de 2014*



Sandra e o filho Icauã. Foto: Facebook/Reprodução

Pouco mais de um ano após os assassinatos da professora Sandra Lúcia Fernandes, de 48 anos, e do filho dela, Icauã Rodrigues, de apenas 10 anos, acontece, nesta quarta-feira (11), às 14h, no Fórum de Olinda, a primeira audiência de instrução e julgamento dos crimes. O acusado, Marcos Aurélio Barbosa da Silva, 24, era namorado da professora e confessou o duplo homicídio. Ele foi preso em flagrante seis horas após as mortes na casa de seus pais, em Maranguape II, Paulista.

Para a polícia, o acusado disse ter cometido o crime por ciúmes. Também complementou dizendo que a criança só morreu porque se abraçou a mãe na hora da homicídio. Os dois foram mortos a facadas. Em memória à professora, que era diretora de assuntos jurídicos do Sindicato dos Professores da Rede Municipal do Recife (Simpere) e militante do PSTU, o sindicato convocou os movimentos sociais e estudantes a participarem da audiência.

**Relembre o caso** – Depois de uma discussão com a namorada, Marcos Aurélio teria esfaqueado a professora dentro do apartamento dela, em Jardim Atlântico, Olinda. Os

gritos de pedidos de socorro foram ouvidos pelos vizinhos. Icauã pedia para Marcos não matar a mãe e acabou também sendo morto. Cada uma das vítimas recebeu oito facadas. Segundo os vizinhos, a briga no apartamento começou no fim da noite do domingo, 16 de fevereiro de 2014, quando o casal teria chegado de uma prévia de carnaval. “Estava faltando energia no bairro quando escutamos os gritos da confusão. Várias pessoas ouviram os pedidos de socorro e o menino implorando para o rapaz não matar a mãe dele. Pouco tempo depois o homem desceu sujo de sangue e disse que o menino teria quebrado o pé e foi embora. No entanto, mãe e filhos já estavam mortos”, detalhou uma testemunha que preferiu não se identificar.

<b>Assunto: Justiça nega habeas corpus para amigo de tenente que teria espancado segurança no Derby</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## Justiça nega habeas corpus para amigo de tenente que teria espancado segurança no Derby



Advogada Silvana Duarte adiantou que vai recorrer ao STJ. Foto: Wagner Oliveira/DP/D.A.Press

O pedido de habeas corpus para o promotor de eventos Gleidnaldo da Silva Santos, flagrado ao espancar - junto com um tenente da Polícia Militar - o segurança de um bar no bairro do Derby, no Recife, foi negado pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na tarde desta terça-feira (10). O crime aconteceu em 13 de dezembro passado. Os dois suspeitos foram indiciados por tentativa de homicídio qualificado por motivo fútil.

De acordo com a advogada de defesa do suspeito, detido no Centro de Observação Criminológica e Triagem (Cotel), não há fato novo que comprove a necessidade de prisão durante as investigações. "Além disso, ele não tem antecedentes criminais, tem profissão definida e residência fixa", esclareceu Silvana Duarte. Com a negativa dos desembargadores, a advogada adiantou que vai entrar com recurso ordinário de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça.

**Relembre o caso** - Segundo testemunhas, o tenente da Polícia Militar Joacir Justino chegou ao bar por volta das 5h30 acompanhado por Gleidinaldo da Silva. Os dois teriam sido avisados pelo segurança Lucas Silva dos Santos, 29, de que o estabelecimento estava fechando. Apesar do alerta, o policial teria aberto o freezer e



tirado uma cerveja. O gerente, então, teria pedido ao PM que os dois fossem embora depois de tomarem a bebida.

Mas, insatisfeito, o militar começou a agredir o segurança, batendo na cabeça da vítima, que foi jogada ao chão e recebeu murros e chutes. Ao tentar se levantar, o trabalhador ainda foi golpeado na cabeça com um tijolo. Antes de deixar o local, Joacir Justino também teria ameaçado as pessoas que presenciaram a agressão com uma arma de fogo. O segurança foi socorrido para o Real Hospital Português, onde levou pontos na cabeça e recebeu alta.

**Tenente** - A advogada Silvana Duarte informou que, até o momento, só solicitou *habeas corpus* para Gleidinaldo da Silva, que cumpre pena no Cotel. O tenente da Polícia Militar segue no Centro de Reeducação da PM.

<b>Assunto: TJPE decide manter absolvição de kombeiros no Caso Serrambi</b>	
<b>Veículo: G1 Pe</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**G1**

**PERNAMBUCO**



CRIME EM IPOJUCA

## **TJPE decide manter absolvição de kombeiros no Caso Serrambi**

👍 4

<b>Assunto: TJPE decide manter absolvição de kombeiros no Caso Serrambi</b>	
<b>Veículo: G1 Pe</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE decide manter absolvição de kombeiros no Caso Serrambi**

*MPPE havia pedido anulação de resultado de júri popular ocorrido em 2009. Marcelo e Valfrido Lira responderam pelas mortes de duas jovens em 2003.*

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) rejeitou, nesta terça-feira (10), pedido para anular o julgamento dos irmãos Marcelo e Valfrido Lira. Acusados de matar as adolescentes Maria Eduarda Dourado Lacerda e Tarsila Gusmão Vieira de Melo, em maio de 2003, no Litoral Sul de Pernambuco, eles foram absolvidos em júri popular realizado em setembro de 2009, no Fórum de Ipojuca.

A decisão que manteve a absolvição dos irmãos kombeiros foi da 1ª Câmara Criminal, formada pelos desembargadores Antônio Carlos Alves, Roberto Ferreira e Fausto Campos. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que havia entrada com o pedido, ainda pode recorrer da decisão ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com a assessoria de imprensa do TJPE, o julgamento só poderia ser anulado se o conjunto probatório levasse à conclusão de que o veredito do primeiro grau estava equivocada, o que não ocorreu. Os desembargadores ainda alegaram a independência do júri popular, ressaltando que não há como refutar as provas periciais e materiais que inocentaram os réus.

### **Crime**

As adolescentes Maria Eduarda e Tarsila Gusmão foram mortas no distrito de Camela, em Ipojuca. De acordo com as investigações, as vítimas foram passar um fim de semana na casa de um amigo, na Praia de Serrambi, em companhia de outros jovens. Depois de um passeio de lancha até o Pontal de Maracaípe, elas se separaram dos outros jovens e foram andar sozinhas pela praia. Ao retornar ao local onde a lancha estava atracada, constataram que o grupo já havia retornado para Serrambi.

As jovens decidiram voltar sozinhas à praia e conseguiram uma carona até as imediações do trevo de Porto de Galinhas, onde pegariam uma condução. De acordo com testemunhas, as adolescentes foram vistas por volta das 18h30 junto a uma padaria, onde permaneceram até entrarem em uma kombi. Após entrarem no veículo, Tarsila e Maria Eduarda desapareceram e seus corpos só foram encontrados dez dias depois pelo pai de Tarsila. Presos pelo crime, Marcelo e Valfrido Lira responderam por duplo homicídio qualificado e por duas tentativas de estupro, mas foram absolvidos no júri popular em 2009.

<b>Assunto: TJPE pretende julgar dois mil casos de violência contra mulher no Estado</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE pretende julgar dois mil casos de violência contra mulher no Estado**

*Iniciativa faz parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa*

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no domingo (08), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) começou, nesta terça-feira (10), a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa pretende julgar cerca de dois mil casos de violência contra mulher em todo o Estado.

Nesta quarta-feira (11), a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmem Lúcia, acompanhará os trabalhos em Pernambuco e ainda deverá presenciar a sanção da ordem de liberação de recursos para abertura de mais duas Varas da Mulher. Sendo uma em Caruaru, no Agreste do Estado, e outro em Petrolina, no Sertão. O presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, ainda estuda a ampliação das duas Varas da Mulher da Capital.

Na programação da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, o TJPE disponibiliza, até sexta-feira (13), uma Vara da Mulher móvel, em Jaboatão dos Guararapes, onde já existe uma unidade fixa.

<b>Assunto: TJPE mantém decisão que inocentou irmãos kombeiros</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**FOLHAPe**.com.br  
TUDO O QUE ACONTECE.



<b>Assunto: TJPE mantém decisão do júri que inocentou irmãos kombeiros no Caso Serrambi</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE mantém decisão do júri que inocentou irmãos kombeiros no Caso Serrambi**

*MPPE e assistência de acusação haviam pedido a anulação da decisão do júri*

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu nesta terça-feira (10), por unanimidade, manter a decisão de 1ª instância que absolveu os kombeiros no caso do assassinato de Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, conhecido como Caso Serrambi. O pedido de anulação do júri que absolveu os kombeiros Marcelo e Valfrido Lira, em setembro de 2010, havia sido apresentado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e pela assistência de acusação.

O MPPE e a assistência entraram com três preliminares na apelação: uma levantada pelo Ministério Público a respeito da não-introdução de uma testemunha no processo, que deveria ter sido ouvida; e outras duas da assistência de acusação – uma a respeito do advogado de defesa dos kombeiros e outra sobre a suposta imparcialidade de um dos membros do júri. Também foi apresentado um pedido a respeito do mérito da questão, quando MPPE e a assistência de acusação argumentaram que a decisão do julgamento teria sido manifestamente contrária às provas dos autos.

Em relação à primeira preliminar, a Câmara entendeu que a testemunha não foi incluída porque o MPPE perdeu o prazo para realizar o pedido. Já em relação ao advogado de defesa, que atuou antes também como acusação, manteve sua tese de que os kombeiros eram inocentes no caso – com isso, os desembargadores julgaram improcedente o pedido. Sobre o jurado que teria sido parcial – supostamente comemorando o resultado do julgamento e, com isso, demonstrando proximidade com os réus – a corte entendeu que não há nada que comprove a proximidade. Sobre o mérito da questão, a Câmara entendeu que a decisão não foi manifestamente contrária porque não existiam provas robustas e concretas que apontassem para a autoria dos crimes e que, por isso os jurados, em caso de dúvida, julgaram a favor dos réus. Nas quatro análises, a decisão dos desembargadores contra a anulação foi unânime.

O advogado contratado pela família de Tarsila e assistente de acusação, Bruno Lacerda, disse que agora vão recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A 1ª Câmara Criminal do TJPE é formada pelos desembargadores Roberto Ferreira Lins; Fausto Campos; e Antônio Carlos Alves da Silva.

<b>Assunto: Absolvição de kombeiros é mantida. Família de Tarsila vai recorrer ao STJ</b>	
<b>Veículo:</b> NE10	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Absolvição de kombeiros é mantida. Família de Tarsila vai recorrer ao STJ**



Adolescentes Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado foram mortas em dezembro de 2003  
Foto: arquivo

O julgamento que inocentou os principais suspeitos do Caso Serrambi, como ficou conhecido o assassinato das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, no Litoral Sul de Pernambuco, permanece válido. Na tarde desta terça-feira (10), a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) rejeitou os recursos que pediam a anulação do julgamento apresentados pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e pela defesa da família de Tarsila Gusmão.

Os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira foram inocentados do crime em júri popular realizado no município de Ipojuca, no Grande Recife, em setembro de 2010, sete anos após as mortes das adolescentes, que ocorreu em 2003. Os pedidos de anulação do julgamento foram apresentados poucos dias após a sentença, mas só agora a apelação foi analisada pela 1ª Câmara Criminal do TJPE.

A votação pela não anulação do julgamento dos kombeiros foi unânime entre os três integrantes da 1ª Câmara Criminal. De acordo com a assessoria do TJPE, os desembargadores Roberto Lins, Fausto Campos e Antônio Carlos Alves decidiram manter ao julgamento por defender que não há como refutar as provas periciais e materiais que inocentaram os réus.

O advogado de defesa da família de Tarsila Gusmão, Bruno Lacerda, afirmou que recorrerá ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), já que não cabe mais recurso na

segunda instância. "Vamos aguardar a publicação do acórdão para apresentar os questionamentos ao STJ, disse o advogado.

**TÓPICOS** - Para Bruno Lacerda, são vários os motivos que justificam a anulação do julgamento, com destaque para dois deles. O primeiro seria a participação do advogado Bruno Lima Santos, que no início do processo atuou como assistente de acusação contra os kombeiros e depois passou a defendê-los. Na época, o Ministério Público teria questionado a mudança de papel do profissional no processo, mas a juíza Andréa Calado, que conduziu o julgamento, decidiu mantê-lo no júri.

Outro fato questionado pela defesa de Tarsila seria a atitude parcial de uma das juradas que foi decisiva para o resultado do júri que inocentou os kombeiros, numa votação apertada de 4x3. Segundo o advogado, ao final do julgamento, a referida jurada teria dito a um dos réus que já sabia que o resultado seria favorável a eles. "Solicitamos a arguição de suspeição (afastamento) dessa jurada".

A família de Maria Eduarda não compareceu, mas foi representada pelo Leonardo Rêgo Barros na sessão da 1ª Câmara Criminal do TJPE desta terça. Segundo ele, todas as informações da audiência foram repassadas à sua cliente Regina Lacerda, mãe de Maria Eduarda.

**RELEMBRE O CASO** - As adolescentes Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado desapareceram no dia 3 de maio de 2003, e os corpos foram encontrados dez dias depois pelo pai de Tarsila, José Vieira, em um canavial em Camela, distrito de Ipojuca. Após sete anos de espera, vários personagens, boatos e três inquéritos devolvidos, os kombeiros Marcelo e Valfrido Lira foram absolvidos das acusações de tentativa de estupro e homicídio duplamente qualificado. O julgamento durou cinco dias e ocorreu em setembro de 2010, no Tribunal do Júri de Ipojuca.



<b>Assunto: Justiça realiza primeira audiência do caso da professora e do filho mortos a facadas em fevereiro de 2014</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Justiça realiza primeira audiência do caso da professora e do filho mortos a facadas em fevereiro de 2014**

*Sandra Lúcia Fernandes foi morta pelo namorado por, supostamente, ter beijado outro homem. O menino de 10 anos foi assassinado por ter tentado evitar a morte da mãe*

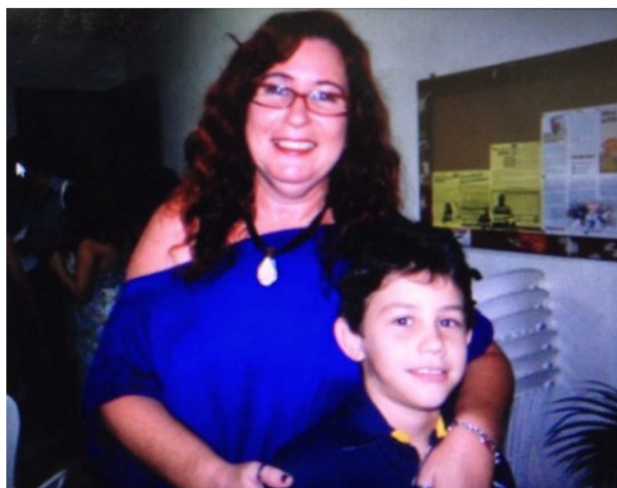


Foto: Reprodução/Arquivo Pessoal

A sessão está prevista para acontecer às 14h desta quarta-feira (11), no Fórum de Olinda, localizado na Avenida Pan Nordestina, na Vila Popular. Sandra Lúcia Fernandes, de 48 anos e Icauã Rodrigues, de 10 anos, foram assassinados dentro do apartamento da família, em Jardim Atlântico.

O acusado, Marcos Aurélio Barbosa da Silva, de 24 anos, era namorado da professora e confessou o duplo homicídio. Acordo com depoimento prestado pelo acusado à polícia, o crime foi cometido por ciúmes. Marcos Aurélio esfaqueou Sandra Lúcia na frente da criança, que foi morta por ter tentado evitar a morte da mãe.

Na audiência de instrução desta quarta, a expectativa é de que o acusado preste depoimento pela primeira vez perante a Justiça. A última vez que o suspeito se pronunciou foi logo após o crime, em depoimento ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, quando tentou justificar o crime por ter visto a professora beijando outro homem.

O Sindicato dos Professores da Rede Municipal do Recife (Simpere), categoria da qual Sandra fazia parte, está preparando um manifesto durante a audiência.

<b>Assunto: Justiça nega liberdade a suspeito de agredir segurança de bar no Derby</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Justiça nega liberdade a suspeito de agredir segurança de bar no Derby**

*Os desembargadores aceitaram a alegação de que os acusados oferecem riscos à sociedade*



A justiça negou o Habeas Corpus ao produtor cultural acusado de agredir um segurança de bar no Derby, região central do Recife, em dezembro do ano passado. Gleidnaldo da Silva Santos e o sargento da Polícia Militar Joacir Justino da Silva estão presos por tentativa de homicídio. Os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça não levaram em conta as alegações da advogada de defesa, Silvana Duarte, e rejeitaram o pedido.

As imagens registradas por câmeras de segurança do estabelecimento, que mostram as agressões ao segurança Lucas Silva dos Santos, e o motivo fútil, pelo simples fato do tenente querer continuar bebendo após o bar fechar, influenciou o relatório da promotoria. Eles alegam que os acusados oferecem risco à sociedade devido ao comportamento agressivo. O argumento foi aceito pelos desembargadores.

<b>Assunto: TJPE mantém absolvição de kombeiros</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

# jornal do commercio



**CASO SERRAMBI**

## TJPE mantém absolvição de kombeiros

A apelação foi feita pelo MPPE e pelos advogados da família de Tarsila. Decisão foi mantida por unanimidade

<b>Assunto: TJ rejeita pedido de anulação do julgamento do caso Serrambi</b>	
<b>Veículo: JOnline</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do **commercio**

### **TJ rejeita pedido de anulação do julgamento do caso Serrambi**

*Irmãos Marcelo e Valfrido Lira foram inocentados das mortes das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila*



Os irmãos Marcelo e Valfrido Lira foram absolvidos por 4 votos a 3.

Foto: Alexandre Gondim/JC Imagem

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) rejeitou, na tarde desta terça-feira (7), o pedido de anulação do julgamento dos irmãos Marcelo e Valfrido Lira, acusados de serem os assassinos das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, em maio de 2003. A apelação foi feita pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e pelos advogados da família de Tarsila. Por unanimidade, os desembargadores Roberto Ferreira Lins, Fausto Campos e Antônio Alves decidiram manter o resultado do júri realizado em Ipojuca, no Grande Recife, em 2010. À época, por 4 votos a 3, os jurados decidiram pela absolvição dos acusados. Esgotada a Segunda Instância na Justiça, o caso deve ser levado agora para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com os magistrados, não há como refutar totalmente as provas periciais e materiais que determinaram a absolvição dos réus. A defesa da família de Tarsila avisou que pretende levar o caso à instância superior. “Vamos apenas esperar pela publicação do acórdão do Tribunal de Justiça e proceder com o pedido de anulação”, diz o advogado Bruno Lacerda.

Segundo ele, a família de Tarsila usou dois argumentos para solicitar a anulação do julgamento. O primeiro foi a participação, na defesa dos acusados, de um advogado que começou o caso trabalhando na acusação, defendendo a família de Maria Eduarda Dourado. “O segundo foi o comprometimento de uma determinada jurada, que,

inclusive, teria dito a um dos acusados, após o julgamento, que sabia que eles seriam inocentados. Como o resultado foi apertado (4x3), o caso é de extrema relevância”, frisa Lacerda. Ainda não há prazo para que o Tribunal de Justiça publique a decisão da 1ª Câmara Criminal.

O CASO - Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão desapareceram da Praia de Serrambi, no Litoral Sul do Estado, no dia 3 de maio de 2003. Dez dias depois, seus corpos foram encontrados pelo pai de Tarsila, o comerciante José Vieira, em um canal no distrito de Camela, em Ipojuca, no Grande Recife. As investigações da Polícia Civil apontaram os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira como os culpados. Depois de anos de embate entre a Polícia Civil e o Ministério Público, e de duas investigações realizadas pela Polícia Federal, os irmãos foram levados a júri popular, na Comarca de Ipojuca. Terminaram inocentados.

<b>Assunto: Vereadora vê abuso de poder no caso Karinny Oliveira</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 11/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Vereadora vê abuso de poder no caso Karinny Oliveira

*Isabella de Roldão convocou audiência pública e sublinhou que estudante está sofrendo alienação parental*



Karinny não vê os filhos adolescentes há mais de um ano. "Quero restaurar o convívio familiar"

Foto: João Vicente/Divulgação

Ganhou força o movimento de apoio à estudante de pós-graduação Karinny Oliveira, que teve prisão decretada e depois suspensa no ano passado – atualmente, seu caso está sendo apreciado na Justiça, o que significa que ela ainda corre risco de ser novamente mandada para a cadeia por falta do pagamento de R\$ 12.700 ao ex-marido, o promotor Fernando Portela, com quem tem dois filhos adolescentes. A bolsista não os vê há mais de um ano. Hoje pela manhã, no plenarinho da Câmara dos Vereadores do Recife, uma audiência pública convocada pela vereadora Isabella de Roldão recebeu nomes que ainda não haviam se relacionado publicamente ao caso, como a Secretária da Mulher do Estado, Silvia Cordeiro, o vereador Jurandir Liberal e a própria Isabella de Roldão. O Ministério Público foi convidado, mas não enviou nenhum representante. Ano passado, o MP se negou a enviar para o JC a relação de comarcas pelas quais Fernando Portela havia passado desde o início de sua atuação profissional.

“É preciso provocar os vereadores a um posicionamento, com o poder dessa casa podemos publicizar esta questão. Karinny está sofrendo um caso de alienação parental, não vê os filhos há tempos. É preciso sensibilizar a câmara”, disse a vereadora, que vai preparar uma moção na próxima semana para ser apresentada à casa. Para ela, há convivência da Justiça no caso, já que várias decisões favoráveis ao promotor foram tomadas em locais nos quais ele atuava. A ordem de prisão foi decretada pela juíza Raquel Toledo Fernandes Raposo (segunda vara de família de Caruaru) em outubro de 2014 e posteriormente, em dezembro, suspensa pelo juiz José Arnaldo Vasconcelos da Silva. Karinny passou vários dias escondida na capital temendo ser presa.

O caso chamou atenção pelo fato de a estudante ser bolsista do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco (campus Caruaru), recebendo uma bolsa mensal de R\$ 1.500. O benefício não é classificado como vínculo empregatício. O promotor Fernando Portela, por sua vez, recebe, segundo ele mesmo, um salário de R\$ 15 mil mensais.

Também estavam presentes à mesa Elizabeth Godinho, Secretária da Mulher do Recife; Marylusia Feitosa, juíza titular da Segunda Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital; Priscila Cordeiro, da Marcha Mundial das Mulheres; a advogada Liana Cirne Lins; Rosângela Santos, do Conselho Municipal da Mulher; e a própria Karinny Oliveira. Segundo ela, caso a ordem de prisão seja decretada, será proposto um acordo de pagar o montante com o dinheiro (R\$ 9.700) arrecadado por movimentos sociais solidários à causa. "Quero conseguir quebrar o ciclo de violência e restaurar meu convívio familiar. Preciso rever meus filhos."

<b>Assunto: Família de Pedro Corrêa reclama de atitudes de juiz</b>	
<b>Veículo:</b> JConline	<b>Data:</b> 11/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **Família de Pedro Corrêa reclama de atitudes de juiz**

*Clovis Corrêa, primo do ex-deputado, disse que o magistrado quer se promover com o caso*

Familiares do ex-deputado federal Pedro Corrêa, condenado no Mensalão, não estão satisfeitos com a condução do processo por parte do juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Luiz Rocha. Primo do ex-deputado, o desembargador aposentado Clóvis Corrêa alega que o juiz deveria deixar o caso porque o magistrado demonstra interesse no processo. Os advogados de Corrêa já pediram a suspeição do juiz na Corregedoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco. No último domingo, o Fantástico divulgou uma matéria que mostra possíveis regalias de Pedro Corrêa no presídio de Canhotinho, onde cumpre pena há um ano.

Clóvis Corrêa disse que o processo chegou a ser repassado para o juiz Élson Zopellaro Machado quando a 1ª VEP recebeu reforços de novos juízes em janeiro. No entanto, segundo Corrêa, Luiz Rocha não quis repassar o processo. O caso está tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF). O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou favoravelmente à permanência de Luiz Rocha no caso.

“Um juiz não pode ter interesse no caso. Esse caso já estava com outro juiz e mesmo assim ele não aceita. Esse é um papel ridículo. O juiz não pode querer se promover”, disse Clóvis. Ele ainda afirmou que o juiz teria problemas pessoais com o advogado de Pedro, Plínio Nunes.

Luiz Rocha, por sua vez, destacou as posições do STF e da Procuradoria Geral da República. No início do mês, o ministro Roberto Barroso suspendeu a transferência do processo para outra vara. Já a procuradoria, opinou pelo indeferimento dos pedidos de Corrêa, alegando que não há provas que indiquem a suspeição do juiz.